

Amor, sexo e dinheiro: uma interpretação sociológica do mercado de serviços sexuais

*Edmilson Lopes Júnior**

Artigo

Poucas temáticas expressam tão intensamente o processamento pouco refinado das “demandas sociais” impostas aos cientistas sociais quanto aquela do mercado de serviços sexuais. Igualmente, poucos são os objetos analíticos de nosso campo científico que se impõem com tanta “clareza” e suposta solidez de horizontes “éticos”. Desvencilhar-se das teias aprisionadoras das construções pré-científicas é, em relação a tal temática, tarefa tão difícil quanto excitante. Afinal, esse é um daqueles objetos de análise sobre os quais pesam fortemente as narrativas sedutoras dos bem pensantes (geralmente rentes ao senso comum). É exatamente do mercado de serviços sexuais que trataremos aqui. Ou, mais precisamente, apontaremos elementos para a sua análise sociológica.

Uma justificativa primeira para tal tipo de exercício analítico advém do fato de que perscrutar esse tipo de mercado pode nos fornecer aportes para uma discussão – a qual está na pauta do dia da análise sociológica da vida econômica – sobre as inter-relações entre mercado, moralidade e repertório cultural.

No que segue, busco traduzir, no enfrentamento da discussão sobre os elementos instituintes, as normas e os valores reguladores do mercado de serviços sexuais, algumas das questões e categorias analíticas que têm permeado esse vasto e dinâmico movimento teórico identificado como Nova Sociologia Econômi-

* Edmilson Lopes Júnior é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp.

ca (NSE). Como elementos potencializadores da discussão, e como referências ilustrativas da discussão que realizarei, tomo como balizas o Projeto de Lei 98/2003, em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Fernando Gabeira (Sem Partido-RJ), também conhecido como “projeto de legalização da prostituição”, e os discursos produzidos em torno da emergência do chamado “turismo sexual” nas capitais do Nordeste do Brasil.

Os fios da meada e o ponto de partida

A ilusão intelectualista, essa quase inescapável trilha para a qual nos conduz a necessidade de segurança ontológica quando abraçamos as Ciências Sociais como a nossa atividade profissional, se traduz, não raro, numa certa crença na onipotência de nossas categorias analíticas na “captura” do “real”. Um desvio em relação a esse caminho exige um contínuo esforço de reflexividade para que coloquemos em suspensão (e, não raro, sob suspeita) os nossos pontos de partida conceituais. É o que ocorre quando apontamos, como no título deste trabalho, para algo como “um mercado”.

Começemos por aí. Ora, se como nos apontam alguns aos textos teoricamente mais fecundos da NSE, e eu me refiro aqui particularmente nos escritos de Viviana Zelizer, a noção mesma de “o mercado”, encarado como fenômeno unitário, é insustentável, então, escrever genericamente sobre um “mercado de serviços sexuais” pode se transformar em uma forma pouco sofisticada de adensar mais reificação na apreensão das transações econômicas. Isso porque uma rubrica como “mercado de serviços sexuais” pode camuflar gramáticas sociais, moedas e tipos de transações tão distintas que chegam, cada uma delas, a constituir mercados diferenciados e singulares. Prostituição, strip-tease, produções pornográficas e videossexo, entre outros, são subcampos do mercado de serviços sexuais que operam sob horizontes normativos e regras sociais muito distintas. Neste trabalho, mercado de serviços sexuais diz respeito à prostituição feminina e ao turismo sexual (fenômenos os que, em que pese a aparência, são bastante distintos).

Objeto de análise controverso, o mercado de serviços sexuais nos joga no torvelinho das discussões apaixonantes, mas também ofuscantes, a respeito dos mercados, assim como das lógicas sociais e dos repertórios culturais subjacentes à produção de mercadorias. E se assim o é, e se o risco maior já foi assumido com a escolha da temática, não há porque não seguir na contracorrente e, apoiando a saudável provocação de Slavoj Žižek (2003), re-introduzir Georg Lukacs no debate das Ciências Sociais de nossos dias como uma referência analítica. Trata-se, no caso, de lembrar uma olvidada assunção, usada quando o marxista húngaro ainda era um jovem embriagado de hegelianismo, na sua majestosa abertura do ensaio “A reificação e a consciência do proletariado”, de que a análise da mercadoria é a chave de entrada para “[...] descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as formas de subjetividade na sociedade burguesa”. (Lukacs, 1974 [1920], p. 97). As palavras parecem emboloradas e pouco palatáveis aos nossos sentidos, mas o seu conteúdo, que é o que conta afinal, ainda parece bastante carregado daquela larva incandescente própria das formulações que não foram condenadas à vala comum dos factóides teóricos. Mercadoria e subjetividade, aí está a chave. Moldemo-la com as forjas do nosso tempo! Quem sabe, possamos apontar que os termos constitutivos da “chave” permanecem, embora a prioridade na relação, e isso é algo que agora está mais claro para todos nós que (re) descobrimos Karl Polanyi, esteja com a subjetividade? Como consequência, apreenderemos a subjetividade como englobando (encaixando) a mercadoria. Trabalhar com esta “chave” significa não apenas uma ruptura com o senso comum (e suas elaborações mistificadas sobre as mercadorias), mas, o que nos toca e nos desafia mais de perto, também o enfrentamento de “nossa resistência” à análise de elementos que, submersos em nossos mapas cognitivos, *devem* permanecer sem questionamentos, mesmo quando – ou, quem sabe, primordialmente – fazemos exercícios analíticos de temas do mundo social. E isso é especialmente saliente quando buscamos encarar analiticamente a prostituição. Se não por outro motivo, pelo simples fato de que problematizá-la é um convite para nos enredarmos

em perigosos exercícios de auto-análise de nossa trajetória profissional e do campo social no qual nos inserimos¹.

Ora, mesmo quando somos sociólogos ou economistas, navegamos no mundo social como se “o mercado” fosse uma entidade supra-social e supra-humano. E isso porque mobilizamos, nos nossos escritos, referenciais teóricos que nos alertam para as dimensões de realidade socialmente instituída daquele!

Daí não chega a ser tão surpreendente a força persuasiva, porque reforçada pela apreensão fetichizada do mundo social, de alguns dos mais empobrecidos discursos políticos de nosso tempo como aqueles produzidos pelas chamadas forças “anti-globalização”. Não é raro que, em tais discursos, especialmente quando proferidos por atores que se auto-identificam como de “esquerda”, recorra-se, como metáfora, à prostituição. É um recurso discursivo mobilizado com a intenção de explicitar o quanto os “condenados da terra” são todos “vítimas” de forças poderosas e fora de seus controles. Tais forças expressariam um mundo radicalmente distinto daquele caloroso e afetivo dos relacionamentos pessoais. A atratividade desse recurso está na suposta apreensão traumática da transição de uma vida social alicerçada nos laços comunitários para uma outra, subjugada pela impessoalidade das relações mais amplas da *sociedade*.

O rompimento com esses lugares-comuns é uma das pré-condições para o exercício sociológico que intentamos empreender. Mas essa ruptura não é o resultado de uma decisão voluntarista. Como tentarei demonstrar, tendo como eixo a discussão em torno do mercado de serviços sexuais, essa é uma alternativa que, mais rica e fecunda, só se torna possível quando alicerçada em uma análise relacional.

Por amor ou por dinheiro? Vida íntima e esfera econômica

Em uma de suas obras mais provocativas e aquela que mais fustiga algumas das visões mais enraizadas no pensamento co-

¹ A prostituição acadêmica, tema abordado por Frey (2003), é uma delas.

num dominante no mundo acadêmico, Pierre Bourdieu (1998) defende a idéia de que se “[...] o comércio do sexo continua a ser estigmatizado” (p. 26), é porque a “[...] vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada”. Esse fato contribuiria para que, tanto na “[...] consciência comum quanto no direito”, se excluísse, a priori, a possibilidade “[...] de que as mulheres possam escolher dedicar-se como a um trabalho”.

Com a radicalidade que imprimiu à sua análise sociológica, Bourdieu toca em um dos elementos centrais da estruturação dos mapas cognitivos (e, em consequência, da produção discursiva) sobre os mercados no mundo contemporâneo. Refiro-me à entronização de duas esferas tomadas como distintas e assentadas em lógicas opostas: de um lado, aquela das relações íntimas, afetivas e pessoais; e, de outro, aquela da impessoalidade, do mundo frio e cinzento do mercado.

Tendo por objeto de reflexão um mercado diferente daquele que estamos tratando aqui, mas igualmente carregado de significações que dividem o que é “doado por amor” daquilo que pode ser comercializado, o “mercado de cuidados” (das crianças, dos idosos, dos inválidos, etc.), Folbre e Nelson (2000) apontam para a inconsistência dessa separação de esferas, chamando a atenção para o fato de que o mercado de cuidados não é apenas a tradução da expansão da impessoalidade das relações e o decréscimo do altruísmo, mas também a construção de possibilidades de encontro e de (re) ativação de laços pessoais a partir de transações mediadas pelo dinheiro. Em realidade, essa é uma apreensão que deve muito às elaborações pioneiras de Viviana Zelizer. Desde a sua seminal pesquisa sobre o mercado de crianças nos EUA até as suas recentes discussões sobre a relação entre monetarização e relações íntimas, Zelizer (1989, 2000 e 2002) tem questionado fortemente a noção de que fronteiras separariam esses dois “mundos”.

Voltemos ao nosso mercado. A sacralização da vagina, a qual Bourdieu relaciona, citando o caso da legislação estadunidense e a sua proibição de uma vida baseada em “ganhos imorais”, com a idéia de que o “amor venal” é sacrilégio, é, em realidade, o resultado da apreensão dualista a que nos referimos no parágrafo acima. O seu corolário é a visão, ancorada naquela matriz

discursiva identificada por Anthony Giddens (1993) como “amor romântico”, a qual apreende o casamento, e por extensão a vida familiar, como estando fora do mundo das relações mercantis. A esse respeito, digamos de passagem, que, somente quando cristalizamos, numa lógica operatória típica do pensamento “substancialista” (Emirbayer, 1997), a oposição entre “família” e “mercado”, é que podemos nos contentar com as idéias, normalmente sancionadas pelo senso comum, a respeito de uma “última fronteira” (os laços afetivos e a vida familiar) a ser colonizada pela expansão da lógica social do mercado (Hochschild, 2002).

Ora, perceber a prostituição como uma espécie de equivalente da degradação das relações sociais é, de algum modo, manter fora de questionamento a insustentável separação entre o mundo do “lar” e aquele do mercado, entre a intimidade e a transação econômica². Dessa forma, tudo se passa como se os intercâmbios econômicos fossem algo estranho ao exercício da “sexualidade legítima”³.

Na análise da vida econômica, a problematização dessa construção social, que em linguagem bourdieusiana é identificada como “princípio de di-visão” do mundo, tem sido levada adiante por pesquisadores que, mesmo indiretamente, dialogam com os aportes e insights fornecidos pelo feminismo teórico. Esse é o caso, em especial, da economista Julie Nelson, cujas investigações, de algum modo, encontram suporte não apenas nas elaborações de Viviana Zelizer, mas também nos escritos da filósofa feminista Sandra Harding. Em um dos seus mais importantes trabalhos, Harding (1986) empreende uma crítica – que será depois tornada lugar-comum em muitas elaborações dos anos noventa – aos dualismos subjacentes às formas hegemônicas de produção do conhecimento científico. Este conhecimento se estruturaria

² Zelizer (2002) aponta para a forma como os casais de classe média baixa negociam os orçamentos domésticos e os gastos pessoais, e como essas negociações se traduzem em “moedas específicas”. Pensemos também no caso da administração das contas bancárias conjuntas pelos casais.

³ As transações econômicas dos arranjos matrimoniais deitam raízes profundas na história, indo bem além do mundo ocidental. Os antropólogos, com as suas análises sobre as “trocas de mulheres”, evidenciam o quanto esses arranjos não são excepcionais.

em dicotomias como mente x natureza, objeto e objetividades x subjetividade e razão x emoção, entre outros. Tais dicotomias encontram-se fortemente inseridas, por outro lado, nos projetos identitários dos gêneros (Harding, 1986, p. 25-26).

O trabalho de Julie Nelson tem se constituído em uma importante resposta à idéia, encravada no coração do pensamento mais próximo do senso comum, de que “o mercado” possa ser tomado como uma ameaça que espreitaria, perigosamente, com sua força corruptora, os espaços ainda não “colonizados” pela monetarização. No que nos interessa mais de perto, essa apreensão tem implicações não desprezíveis na medida em que contribui para implodir a noção de que a prostituição (e o comércio do sexo em geral) seria algo como que a explicitação da erosão do mundo caloroso da intimidade diante do mundo hostil do mercado.

A derrota do amor pelo dinheiro e a colonização da vida social pelas forças do mercado, eis aí elementos que, desde pelo menos Shakeaspeare, assomam nas narrativas ocidentais. Não é raro que a emergência de movimentos sociais de contestação às formas opressivas de organização da vida social na atualidade se faça acompanhar de uma adesão entusiasmada a análises “críticas” guiadas pela visão distópica do mercado imperialista. Nos anos noventa, não poucos funcionários públicos franceses, em suas manifestações grevistas, exibiam o livro **O horror econômico**, de autoria da romancista Viviane Forrester. Esse livro, que no Brasil alcançou status acadêmico, é a melhor tradução de uma apreensão imperialista do mercado, capaz de fornecer elementos para boas obras literárias (pensemos em Júlio Verne, por exemplo), mas também de contribuir decisivamente para o embotamento de nossas percepções do que realmente está subjacente às nossas transações nos mercados.

A crítica a essa “ideologia” (Nelson, 1993), cujas consequências, no que diz respeito à compreensão da prostituição como realidade social e como metáfora, é imediata, não se alicerça, entretanto, em algum voluntarismo politicamente correto. Ao contrário, só se torna possível quando implica a incorporação de um arsenal crítico que, não se distanciando da perscrutação dos repertórios culturais que embasam a produção do estigma das

trabalhadoras do sexo (reduzidas a uma identidade pejorativa de prostitutas), fundamente um redirecionamento de nosso olhar para as “categorias impensadas” (Bourdieu, 1990), incrustadas nas formas dominantes de apreensão da vida econômica. Assim poderemos, enfim, nos dar conta de que, mais do que em vieses ideológicos econômicos, as nossas atitudes em relação à prostituição se fundamentam em categorias mais profundas (porque relacionadas com as âncoras que dão sentido à nossa “segurança ontológica”⁴) e fortemente fincadas nos mapas cognitivos de nosso tempo. Mapas cognitivos que, estruturados em dualismos dicotômicos, nos impedem de ver as potencialidades e possibilidades de afirmação da vida e do amor nos lugares e nas situações mais inóspitas. Ou, quem sabe, porque necessitamos identificar perversão na prostituição (como sinônimo de trabalho sexual e como metáfora da invasão do mercado) para sublimarmos (e mantermos fora de questionamento) desejos e necessidades que, quando encarados, nos inquietam e amedrontam.

Amor e dinheiro. Suspensão da violência e violência “naturalizada”. Nenhuma separação de fronteiras revela mais o quanto permanecemos aprisionados ao pensamento substancialista. Visto de outro modo, digamos relacional, a “sexualidade sancionada”, cujo *script* recorrente é aquele do “amor romântico”, não exclui a violência simbólica da monetarização, nem esta última se traduz na eliminação das possibilidades subversivas de encontros e reconhecimento do (a) outro (a).

O comércio do sexo e o mercado matrimonial: muros e pontes

O mercado matrimonial pode ser apreendido, abusando um pouco do uso da terminologia bourdieusiana, como um mercado legítimo de atores socialmente legitimados. Esse mercado se constitui, como objeto de análise, em um quase monopólio temático

⁴ Uma elaboração esclarecedora sobre a segurança ontológica do ator social encontra-se em Giddens (2002).

dos antropólogos. Mas, talvez por isso, sofra de um déficit permanente de elaboração substantiva no restante do campo das Ciências Sociais (exceção seja feita aos trabalhos de economistas inspirados no modelo da “escolha racional”). Assim, as ilustrações empíricas fornecidas pelos trabalhos etnográficos e as formalizações matemáticas produzidas pelos economistas não têm se traduzido em ganhos teóricos generalizáveis nem têm se constituído em referenciais decisivos para a emergência de um debate científico mais rico sobre a temática.

Quando a nossa indagação se dirige à articulação entre o mercado matrimonial e o comércio do sexo, encontramos-nos diante de um espaço onde quase tudo está por fazer. Não estou desconhecendo aqui esforços hercúleos, como os que Lena Edlund e Evelyn Korn fizeram, ao assumir o desafio de, com os elementos fornecidos pela cultura disciplinar da Economia, produzir uma “teoria da prostituição”. Nessa empreitada, as autoras buscaram apreender as conexões entre os dois mercados. Entretanto, ao construir essa relação tendo por base o suposto de que o casamento e a prostituição podem ser analisados, a partir dos seus “ganhos e perdas”, tendo por base um modelo próximo da “escolha racional”, elas terminaram por chegar, em que pese a sofisticação matemática com a qual formalizam o seu trabalho, a um conjunto de lugares-comuns, como, por exemplo, a proposição de que o que se vende na prostituição é o “sexo não reprodutivo” ou ainda a idéia de que o atrativo maior do casamento, para os homens, seria a possibilidade da reprodução.

À parte isso, é inquestionável a contribuição do trabalho acima mencionado para desamararrar o tema da prostituição (termo que, aqui, condensa comércio e trabalho sexual) do vocabulário restritivo do politicamente correto, o qual aprisiona as elaborações sobre essa questão ao universo de referências das classes médias dos países centrais (chão social das ativistas feministas). Entretanto, o que se perde, no que diz respeito à apreensão das transações econômicas produzidas no comércio do sexo, em trabalhos como aquele de Edlund e Korn, é a visibilidade mesma da rugosidade que singulariza cada mercado como um contexto relacional no qual regras e mapas de navegação social são recons-

truídos constantemente a partir da mobilização que os atores fazem dos repertórios culturais que lhes são acessíveis.

Ora, o mercado matrimonial e o mercado de serviços sexuais (particularmente a prostituição) estão submetidos, ambos, às injunções do mesmo mercado de bens simbólicos (com suas ofertas e demandas de bens afirmativos dos projetos e identidades de gênero). Com diferenciações facilmente perceptíveis, ambos estão, de algum modo, submetidos à mesma violência simbólica que se expressa na reificação das mulheres como sendo valoradas positivamente pela posse e pelo olhar masculinos (mesmo quando o olho que vê não é o de um membro do sexo masculino). Tanto que o investimento no corpo (pensemos no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do corpo da trabalhadora do sexo) segue lógicas similares e implica sofrimentos sociais não muito distintos. Os cuidados com o corpo (com a remodelação corporal em academias e cirurgias plásticas) e a busca pelo acesso aos produtos que simbolizam a integração às redes de consumo global (o aparelho celular, por exemplo) são mobilizados por atores situados em ambos os mercados. Não raro, esses investimentos correspondem a um esforço coletivo (do grupo familiar) para inserir a sua representante no mercado. Refiro-me aqui à escolha dos nomes das filhas e aos rituais de exibição pública das moças que recém-adentraram na adolescência nas festas de debutantes. Essas festas, reveladoras de um mercado ainda em franca expansão, movimentam, especialmente nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil, um amplo leque de serviços (jornalismo, serviços de beleza, agenciamento de festas, etc.).

Ainda no que diz respeito aos investimentos familiares, temos as feituradas dos *books* das pretendentes a modelos. Aí se concentra toda uma indústria de serviços (formatada por agenciadores de modelos, colunistas sociais, produtores de moda, etc.) também em crescimento.

Levando em conta as situações acima apontadas, vale a pena recorrer, uma vez mais, a Bourdieu para ajuntar outros fios à teia de significados que estamos tentando tecer neste trabalho. Quero lembrar aqui o Bourdieu analista do mercado matrimonial camponês. Não vou tomar como referência o famoso artigo da *Études*

Rurales, mas a revisão deste, publicada mais de duas décadas depois. Nele, Bourdieu (2000) desenvolve a idéia de que a unificação do mercado de bens simbólicos fornece novos repertórios culturais, que as moças e os rapazes do campo mobilizarão para desbloquear fronteiras e subverter hierarquias tradicionais⁵ (no caso, aquelas que estruturavam os arranjos de poder, especialmente de gênero, no seio das famílias camponesas), redefinindo completamente o mercado matrimonial do qual participam (ou buscam escapar). A aposta analítica de Bourdieu é instigante, não apenas porque permite uma saída do círculo de giz das análises tradicionais a respeito da “penetração do capitalismo no campo”, mas também porque fornece importantes *insights* para uma análise sociológica de mercados que passam por processos de transição. Interessa-nos, aqui, sobretudo, chamar a atenção para o fato de que a unificação do mercado de bens simbólicos, a qual podemos tranqüilamente propor que está sendo radicalizada pela “grande transformação” deste início de século, tem implicado, num país como o Brasil, e, particularmente na Região Nordeste, uma certa des-diferencialização entre o mercado matrimonial e o de serviços sexuais.

Isso não quer dizer que o matrimônio, ainda esse lócus privilegiado da sexualidade socialmente legitimada, tenha se reduzido a um negócio (como já o foi em outros momentos históricos), mas, sim, que as transações econômicas que aí se desenvolvem (as quais exigem todo um doloroso trabalho de ocultação e sublimação) englobam elaborações de estratégias e mobilização de recursos pelos atores que se distinguem muito pouco daquelas construídas no mercado de serviços sexuais. Nesse sentido, a tematização do casamento moderno (e sua crise) pelo feminismo contribui enormemente para aclarar um pouco e tornar mais defensável o nosso posicionamento. Vai nesse sentido a instigante resposta de Nancy Fraser à elaboração do filósofo Jürgen Habermas sobre a “crise na reprodução biológica”. Para Fraser (1991), a “colo-

⁵ No Brasil, Camarano e Abramovay (1998) desenvolveram um interessante trabalho de pesquisa a respeito do mundo rural no qual seguem uma trilha parecida com aquela seguida por Bourdieu.

nização” da esfera familiar pelo “sistema” (no caso, os imperativos do mercado) não é o que provocaria a “crise”, mas “[...] o surgimento e a visibilidade de problemas e possibilidades que não podem ser solucionados ou concretizados no bojo da estrutura estabelecida de papéis dotados de gênero” (Fraser, 1991, p. 61).

Fraser está se referindo, na discussão na qual está inserido o trecho acima citado, ao trabalho das mulheres na criação dos filhos e na execução das tarefas domésticas. A esse respeito, não deixa de ser irônico que sejam exatamente essas atividades as que sejam apreendidas por Edlund e Korn (2002) como “perdas” provocadas pela “escolha” da prostituição.

O mercado de serviços sexuais e a violência (não) analisada

A emergência de demandas por reconhecimento por parte das trabalhadoras do sexo tem impactado fortemente uma parte do feminismo. E o que sobressai é mais do que um mal-estar político; é todo um questionamento a alguns dos pressupostos epistemológicos que balizam o estudo das relações de gênero de algumas das análises que têm servido de referência para os diversos movimentos feministas. Como aponta-nos Kesler (2002), não são poucos os “incômodos” causados pela entrada em cena da demanda por uma identidade socialmente positiva das trabalhadoras do sexo. Um dos principais obstáculos colocados para uma articulação mais consistente entre feministas e trabalhadoras do sexo, no plano da ação política, é exatamente o pressuposto de que o trabalho sexual (nomeadamente, a prostituição) se constitui sempre, e em todo lugar, como uma violência contra a mulher.

Em realidade, alguns dos trabalhos teoricamente mais sofisticados no campo do feminismo, como é o caso daquele produzido por Carole Pateman (1993), desenvolve a idéia de que a prostituição não é exatamente uma questão de sexo e dinheiro, mas, sim, de poder e subordinação. Pateman envolve a discussão sobre a prostituição na problematização das relações de gênero e subordina a sua visão sobre o comércio do sexo à idéia de que a inclusão das mulheres na sociedade civil traz implícita a subordi-

nação (do corpo, do sexo e da diferenciação sexual). Já feministas próximas do marxismo, como Catherine Mackinnon, apreendem a prostituição e o casamento como expressões de uma sexualidade apropriada (ou aprisionada), e defende a proposição de que esta deve ser encarada da mesma forma que o trabalho o é pelo marxismo. Subordinação, apropriação e violência. A prostituição é apreendida, no geral, negativamente nessas narrativas.

Tal apreensão se traduz na atuação de muitas entidades e ONGs feministas de países periféricos, que nos anos noventa assumiram entusiasticamente o trabalho com categorias analíticas e noções formuladas pelos *think tanks* do feminismo, em condenações *in totum* da prostituição e do chamado “turismo sexual”. Tal postura, em contextos como o da Tailândia, da África ou do Nordeste brasileiro, pode significar jogar água nos moinhos de coalizões políticas e culturais que não são exatamente aquelas identificadas com a autonomia e o alargamento dos espaços de liberdade. É o caso em que uma formulação, quando apresentada na *Signs*, contém radicalidade retórica (e performativa), mas quando transladada, por exemplo, para o sertão nordestino, alicerça e reforça uma “geometria do poder” na qual situações esdrúxulas ocorrem. Essa a situação em que uma ONG feminista, como uma consequência não intencional de sua ação, contribui para erodir o capital simbólico construído penosamente por um determinado movimento social como, por exemplo, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais⁶.

Unidas a esse traslado de noções e elaborações conceituais, universalizadas como contribuições questionadoras (já que elaboradas e divulgadas por publicações identificadas com as mais radicais posturas desconstrutivistas), estão ações que, afirmando-se radicais, podem sempre encontrar forte apoio na mídia e nas novas classes médias locais. Situa-se aí o enfrentamento do chamado turismo sexual no Nordeste brasileiro. Nas trincheiras dessa batalha, ONGs feministas, católicos conservadores, promo-

⁶ A respeito do tipo de relacionamento estabelecido entre *think tanks*, ONGs e movimentos de base, vale a pena ler o trabalho de Thayer (2001).

tores, policiais e imprensa sensacionalista postam-se lado a lado na defesa das “nossas meninas”. Do outro lado, as “forças do mal” (impulsionadoras da prostituição e do turismo sexual), que, dependendo do autor/ator, pode ser tanto o neoliberalismo, a degradação da família ou a violência sexista.

Violência e vitimização, esses os elementos discursivos que sobram após a decantação feita de algumas das mais radicais teorias desconstrutivistas. E é com eles que alguns atores estão indo à luta em muitos lugares no Brasil contemporâneo. Não é de estranhar, então, que a articulação construída para fazer frente à prostituição, numa cidade como Natal (RN), possa ser identificada, por um colunista social local, como sendo a expressão das “forças do bem”. Mas, mais importante do que esse lusco-fusco político, é a entronização de conceitos, elevados à condição de categorias analíticas, que, sem serem colocados em suspensão (menos ainda, em suspeita), e fortalecidos que são pelo “feiticismo da evidência” (Bourdieu, 1990, p. 24) assomam na vida social como impeditivos de uma reflexão mais distanciada sobre temas como a prostituição.

Mas tornar mais difícil a problematização de um objeto apenas o torna sociologicamente mais atraente. O dramático, nesse caso, é o resultado (não intencional) desse tipo de embotamento das consciências. É o que acontece quando moças, identificadas como “garotas de programa”, são apreendidas, como é comum ser feito pelas “forças do bem” em muitas capitais nordestinas, como “vítimas”. Elas teriam sido “empurradas” para a prostituição pela ação insidiosa de poderosas redes de tráfico e aliciamento de mulheres. Esse tipo de construção discursiva também violenta as trabalhadoras do sexo. E, apesar de suas boas intenções, reforça o estigma. Isso porque, ao reduzi-las à condição de vítimas, contribui para destituí-las da condição de “agentes cognoscitivos” (Giddens, 2003), com competências para ler o seu mundo e justificar as suas ações.

Daí também porque é tão difícil, para um conjunto de atores sociais brasileiros, mesmo alguns sinceramente comprometidos com a luta pelos direitos humanos, assumir a defesa de propostas que, reconhecendo a realidade do mercado de serviços sexuais, institu-

em formas mínimas de regulação que garantam contratos e o respeito básico à dignidade das trabalhadoras do sexo. Esse o caso do olímpico distanciamento que muitos desses atores têm tido em relação ao Projeto de Lei 98/2003, de autoria do deputado Fernando Gabeira (Sem Partido-RJ), o qual “legaliza” a prostituição e garante elementos básicos da cidadania para as trabalhadoras do sexo.

Antes de prosseguir, trata-se de apontar o óbvio (para evitar os problemas costumeiros causados pelos mal-entendimentos): há, sim, violência (tanto física quanto simbólica) no mercado de serviços sexuais. Não obstante, há que se questionar: essa violência é exclusiva desse mercado? A esse respeito, não deixa de ser uma triste ironia da história que, hoje, como aponta Zatz (1997), as prostitutas busquem o reconhecimento como “trabalhadoras do sexo”, quando lembramos que, da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, pensadores construídos contemporaneamente como clássicos do pensamento social, como Karl Marx e Georg Simmel, viram na venda da força de trabalho uma espécie de prostituição.

Ora, não são poucos os mercados de trabalho nos quais a violência e o risco têm equivalência com o que ocorre no mercado de serviços sexuais. Tomar como evidente e fora de qualquer questionamento a violência como algo intrínseco a esse mercado significa, muitas vezes, obliterar a violência de outras transações econômicas, especialmente aquelas produzidas no espaço legitimado da “sexualidade legítima”.

Por outro lado, a percepção do mercado de serviços sexuais como alicerçado na violência e na vitimização das trabalhadoras do sexo tem produzido, no campo político, coalizões que estreitam o espaço público e dilapidam importantes conquistas no plano das liberdades individuais. É o que ocorreu, por exemplo, na Suécia, com a aprovação no bojo de um pacote de leis (“*Kvinnofrids-paketet*”) destinadas a combater a violência contra a mulher, de uma legislação que criminaliza a prostituição. Mas, dado o aprisionamento ao modelo explicativo da vitimização, as feministas suecas (com raras exceções) defenderam um modelo no qual os homens (clientes) é que são punidos. Nesse ponto, diga-se de passagem, os conservadores suecos se posicionaram contra, dado

que defendiam uma legislação que punisse igualmente clientes e “comerciantes do sexo” (foi essa a identificação que as trabalhadoras do sexo passaram a ter na Suécia). Mas o ponto de vista, explicitado, algum tempo depois, pela deputada Marianne Erickson, de que “neste mercado, se não houver procura, não haverá prostituição”, foi o prevalecente e arrastou um conjunto de forças políticas que incluiu toda a social-democracia, políticos(as) de centro e a ultra-esquerda.

O conteúdo dos discursos feministas pró-criminalização da prostituição na Suécia foram reveladores, como apontou Gould (2001) em sua análise etnográfica do universo vocabular mobilizado na discussão do tema, de um exercício político de universalização das categorias e mapas mentais das classes médias dos países centrais. Assim, as feministas suecas, numa prática política que contraria alguns dos pilares do feminismo teórico, que são um radical descentramento e a abertura para uma apreensão contingente e relacional do mundo social, foram envolvidas, na luta pela criminalização da prostituição, em uma coalizão política que recorreu, não esporadicamente, a discursos etnocêntricos, quando não xenófobos. Na campanha pela criminalização, não foi raro se ouvirem discursos tais como “a prostituição é coisa de países com alta taxa de pobreza e desigualdade, como na Suécia não temos isso, a prostituição que aqui ocorre é agenciada, praticada e demandada por estrangeiros”. As moças russas foram simbolizadas como prostitutas, e as misteriosas e sempre onipresentes “máfias russas”, esse espectro mobilizado pelos scripts hollywoodianos e pelas mais mirabolantes teorias conspiratórias, as responsáveis pelas redes de tráfico e prostituição.

À parte isso, importa destacar que a noção da prostituição como sinônimo de violência é um daqueles lugares-comuns “[...] com *os quais se argumenta*, mas *sobre os quais* não se argumenta” (Bourdieu, 2002, p. 15, grifos do autor). Mundializado pelo esforço feito por entidades e ONGs locais, apressadas em se integrar aos circuitos globais de discussões políticas “de ponta”, esse lugar-comum ganha uma força legitimadora que lhe é dada pelo seu suposto potencial de emancipação das mulheres. No chão social de lugares pouco referenciados nos ambientes conspícuos dos

campus acadêmicos, essas asserções se traduzem, como já aponteí, tanto em negligência sobre as formas particulares de construção da sexualidade em países que não se situam no Hemisfério Norte quanto em rebaixamento intelectual das mulheres do Terceiro Mundo.

Destarte, somente quando saímos do circuito do feminismo político inspirado na universalização das categorias dos países centrais e lidamos com pensadoras como Kamala Kempadoo ou Than Dam Truong, é que nos defrontamos com *vozes* que falam do mercado de serviços sexuais (e, em particular, da prostituição), não como um espaço de seres autômatos, cujas ações não fariam mais do que revelar a extensão de poderosas forças sociais, mas, sim, de um campo social onde homens e mulheres são apreendidos como seres cognoscitivos, que fazem escolhas, elaboram estratégias, mobilizam e interpretam repertórios culturais.

Talvez nenhuma pauta de discussão sobre um aspecto relacionado ao mercado de serviços sexuais expresse melhor aquele lugar-comum mencionado anteriormente – e que as escritoras anunciadas no parágrafo acima têm corajosamente insistido em questionar – do que o sempre sensacionalista debate a respeito do “tráfico de mulheres”. Submetidas à escravidão, “forçadas”, as mulheres do Terceiro Mundo, em uma certa narrativa, são as presas fáceis das redes criminosas do tráfico. Essa criativa imaginação, não raro, serve de base para discursos políticos reacionários, tanto na metrópole (xenofobia) quanto na periferia (nacionalismo).

Nesse sentido, o diagnóstico feito por Kempadoo (2004) é preciso. Para ela, o que caracteriza essa produção discursiva sobre a violência da prostituição, filão temático explorado em muitos encontros e colóquios internacionais, é o tratamento das mulheres dos países do mundo não ocidental como “ignorantes, pobres, não educadas, atreladas à tradição e subordinadas à família”. Por isso tudo, elas viveriam vidas “truncadas” o que as reduziria a uma condição de menoridade e de necessidade da ação salvacionista das organizações de direitos humanos⁷.

⁷ A respeito do trabalho das organizações humanitárias e das entidades internacionais de direitos humanos, é esclarecedora a leitura do livro de Gourevitch (2000), especialmente sobre a atuação destas após a consumação do ignominioso genocídio.

A natureza da transação no mercado de serviços sexuais

Qual a natureza das transações no mercado de serviços sexuais? O que realmente se vende no trabalho sexual? Os adversários da legalização da prostituição afirmam que, nesse mercado, a mulher é forçada a vender o seu corpo. Os conservadores suecos, no seu empenho pela criminalização da prostituição, questionavam: “[...] que espécie de liberdade é essa na qual você escolhe vender o seu corpo?” (Gould, 2001, p. 445).

Não poucos (as) analistas se deixam aprisionar pela armadilha colocada por essa questão. O deputado Fernando Gabeira, ao apresentar o PL 98/2003, não confundiu prestação de serviço com a negociação do corpo ou da alma. Assim, o parágrafo primeiro do artigo nº 1 do referido projeto afirma peremptoriamente: “[...] o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual será devido igualmente pelo tempo em que a pessoa permanecer disponível para tais serviços, quer tenha sido solicitada a prestá-los ou não”.

É essa também a compreensão da pesquisadora Than Dam Truong. Desvinculada da noção que constrói um símbolo de equivalência entre prostituição e violência, Truong (1990), com base em uma pesquisa sobre o mercado de serviços sexuais na Tailândia, construiu uma proposição mais distanciada do mundo do politicamente correto, mas mais próxima do chão social onde se desenrolam as transações econômicas. Assim, entendeu que o sexo por dinheiro envolve a venda de poder e energia sexual, não do corpo ou da pessoa. De forma profana, a pesquisadora considera que a prostituição pode ser equiparada a qualquer outro trabalho assalariado.

O ex-deputado Marcos Rolim, militante da causa dos direitos humanos no Brasil e ex-presidente da comissão da Câmara dos Deputados relacionada ao tema, expressa um posicionamento pouco comum no ambiente político brasileiro, que corrobora a construção de Truong:

Deveríamos, primeiramente, reconhecer na prostituição uma profissão tão difícil e digna como qualquer outra. Dizê-lo significa contrastar um moralismo que não resiste a qualquer reflexão. Afinal de contas, quais as razões que teríamos para não respeitar aqueles que ven-

dem prazer sexual? Não respeitamos os que vendem conhecimento e os que vendem saúde ou que nos oferecem cuidados para o corpo e a mente?. (Rolim, *on-line*, 2004).

Compreensão semelhante teve o deputado Chico Alencar (PT-RJ), parlamentar relator do PL 98/2003. Para ele, a “[...] prostituição não é, em si, atividade relacionada à criminalidade. A ligação ainda acontece porque através da ilegalidade é que se permite, hoje, a prestação de serviços sexuais”. (Relatório PL 98/2003).

Se esses posicionamentos contribuem para desbloquear as discussões em torno do mercado de serviços sexuais, não restam dúvidas de que eles são minoritários, mesmo no campo político, precário (e, algumas vezes, imprecisamente), autodefinido como “progressista”. Aí há a tendência, sempre corroborada pelos relatos sobre casos de exploração sexual de crianças e adolescentes (além, obviamente, das narrativas sobre o tráfico de mulheres), à defesa apaixonada da criminalização da demanda (da clientela). Essa foi a postura sueca e, com o apoio de grupos feministas, tem sido o caminho seguido por autoridades locais em algumas cidades norte-americanas.

O substrato da criminalização dos clientes assenta-se, além da narrativa da vitimização, numa percepção que reduz o serviço sexual a um desejo de posse. Ao lado da criminalização, cresce também a postura de medicalização dos clientes de trabalhadoras do sexo.

Neste último caso, situam-se as experiências, impulsionadas por coalizões formadas por feministas e associações de moradores da classe média branca californiana⁸, de submeter as pessoas apinhadas em companhia de trabalhadoras do sexo a algo como programas de reeducação sexual. Acordos firmados com autoridades policiais e judiciárias transformam os “culpados” em alunos compulsórios de “aulas” nas quais são levados (são todos homens) a tomar conhecimento de quão violento é o mundo da prostituição e que tipo perverso de mercado os seus desejos “anormais” impulsionam.

⁸ São essas associações as bases do que Davis (1993) identifica como NIMBYS (na tradução do inglês para o português: “não no meu quintal”).

Talvez esse seja o ponto de chegada da redução de categorias que só têm sentido quando tomadas relacionalmente, como é o caso de violência, desejo ou demanda, em categorias substancialistas (baseada em atributos). Assim, quando nos descolamos da visão substancialista, defrontamo-nos com interpretações alternativas que nos fornecem elementos para uma apreensão mais nuançada dos significados de “compra” e “venda” no complexo mercado de serviços sexuais contemporâneo. É o que apreendemos com a leitura de trabalhos etnográficos como aquele desenvolvido por Bernstein (2001) a respeito do universo da clientela de serviços sexuais nos EUA. Surpreendemo-nos, na leitura de seu texto, com o fato de que os depoimentos recolhidos tomam como referência justificadora de suas demandas um dos elementos mais centrais nos repertórios culturais da atualidade (a busca por relações transparentes).

A transparência, valor comumente associada à busca por democratização das relações inter-pessoais, é, assim, um elemento mobilizado pelos clientes para dar sentido (para si mesmos) às suas escolhas. Do ponto de vista teórico, e aí voltamos ao universo da NSE, essa elaboração discursiva dos clientes aponta tanto para a importância de considerar os repertórios culturais que servem de suporte para os vetores instituintes do mercado quanto parecem justificar a idéia, defendida por Zelizer (1992), de que as transações econômicas, longe de reforçarem “o mercado” como um fenômeno unitário, expressam a riqueza do social na produção de mercados específicos⁹. Cada um desses mercados com suas lógicas e “vetores instituintes de demandas” (Farias, 1989) específicos, e para um mundo de relações complexas.

Legalização, regulação e cidadania: o projeto do deputado Fernando Gabeira

Há uma questão incontornável nas discussões em torno da legalização ou não da prostituição: a criminalização aumenta ou diminui a vulnerabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras do

⁹ Ou modelo dos “múltiplos mercados”.

sexo? A nossa proposição é de que a criminalização recrudescer o estigma, fortalece a repressão e estreita os espaços de acordos morais que servem de substratos não contratuais ao contrato. A política de criminalização, não raro, se expressa numa tolerância com os prostíbulo de luxo e com as atividades de comércio sexual sem sinais visíveis no espaço público. É ela, no caso do Brasil, o esteio da dupla moral do patriarcalismo: sedução pela prostituição (entronizada nas narrativas literárias e nas produções televisivas mais importantes) e condenação (como depositário e como metáfora da degradação social).

Mais do que a legalização da prostituição, o projeto proposto pelo deputado Fernando Gabeira estabelece marcos regulatórios importantes para o mercado de serviços sexuais brasileiro. Refiro-me, em particular, à retirada do Código Penal dos artigos que criminalizam todos os atores envolvidos com o agenciamento da prostituição (tarefa que tem ficado para os organismos repressivos, com as lentes próprias da subcidadania que lhes modula o olhar sobre as pessoas no País, identificarem).

A extensão dos direitos civis para as trabalhadoras do sexo, reduzidas na produção social do estigma à identificação unilateral e mutiladora como prostitutas, não se traduzirá, como objetam alguns e algumas, num enquadramento maior legal que aumentaria o controle sistêmico sobre elas. Quem sempre propôs formas de controle – como carteiras de identificação das trabalhadoras do sexo e zoneamento urbano para as suas atividades – foram os setores mais retrógrados e antifeministas da sociedade brasileira. O incômodo causado pelo projeto de Gabeira está, não no controle, mas no fato de que, estabelecendo marcos regulatórios para o mercado de serviços sexuais, tira das sombras da ilegalidade uma atividade profissional que, à luz, questiona fortemente as fronteiras entre amor e dinheiro, entre sagrado e profano.

O projeto de Gabeira incide sobre a transação (busca estabelecer marcos legais que tornem as trabalhadoras do sexo menos vulneráveis à violência dos que se negam a cumprir os seus contratos). O seu foco não é a pessoa, nem da trabalhadora nem do cliente. Obviamente, não é no plano da legislação que se resolve a construção social do estigma, mas esse é um caminho

para a emergência de uma posição relacional que supera, como aponta-nos Emirbayer (1997), a cristalização dos atores em uma identidade que revela apenas uma parte – às vezes muito pequena – de seu ser social. Vale a pena, nesse sentido, reproduzir o posicionamento de Kempadoo (2004) sobre a forma empobrecida com a qual, comumente, mesmo pessoas bem postadas no universo acadêmico encaram as trabalhadoras e os trabalhadores do sexo:

El trabajo sexual, según el testimonio de las prostitutas, se experimenta como una parte integrante de la vida de muchas mujeres y hombres jóvenes en el mundo, y no necesariamente es la única actividad en torno a la cual se define su ser personal o su identidad. Además, el trabajo sexual comercial, según la propia definición de las prostitutas, no siempre es una actividad estable, sino que se realiza simultáneamente con otras formas de ingreso, como el comercio informal, la venta en mercados, el lustrado de zapatos, o trabajos administrativos. También puede durar poco tiempo o ser parte de un ciclo anual de trabajo. (on-line)

Turismo sexual: da teoria do desalento à Nova Sociologia Econômica

Marshall Sahlins identificou a “teoria do desalento” como aquela narrativa, ainda muito contrabandeada no universo das Ciências Sociais, segundo a qual o desenvolvimento capitalista terminaria por levar ao desaparecimento ou à subordinação das culturas locais à lógica de homogeneização tomada como um dado característico de tal desenvolvimento (Sahlins, 1997, p. 5). Na Antropologia, essa construção ideológica descamba no “pessimismo etnográfico”, que se traduz na auto-incumbência, pelo etnógrafo, da tarefa de registrar manifestações culturais antes que elas sejam tragadas pela onda devoradora da cultura global. Na Sociologia, a “teoria do desalento” é o esteio ideológico da teoria da dependência. Mas, qualquer que seja a disciplina, a tônica é mesma: a impotência das forças localmente ancoradas diante das forças que se deslocam com a estonteante velocidade e voracidade espacial dos “fluxos globais”.

O turismo, e o chamado “turismo sexual” por excelência, tem sido um dos campos de exercícios mais explorados pelos

atualizadores da “teoria do desalento”. “Dominantes”, “excluídos” e “globalização” são os vocábulos preferenciais desses discursos (quando não descambam para escatológicas referências a supostas “perdas” de “autenticidade” das “comunidades locais”). Como corolário, a reatualização da construção idílica das relações comunitárias e da vida social pré-moderna.

Nas capitais nordestinas, nas discussões que assomam de forma sensacionalista os órgãos de imprensa local sobre o turismo sexual, esses têm sido os elementos discursivos mobilizados tanto por autoridades governamentais, políticos e militantes de ONGs quanto por auto-intitulados especialistas no turismo. A depender do porta-voz, temos desde manifestações que identificam no turismo (e no turismo sexual) a “destruição” de “nossa cultura” e da “vida familiar” até aqueles que o identificam como “força globalizadora” que “ergue barreiras impeditivas do empoderamento das mulheres nordestinas”. A esse respeito, diga-se de passagem, essas “vozes” têm contribuído para dar fôlego novo a construções identitárias (“Nordeste” e “nordestinos”), as quais têm servido historicamente, como atesta Albuquerque Jr. (1999), para soldar a produção ideológica com a qual as longevas oligarquias dos “Estados do Norte” conseguem legitimar a captura dos aparatos locais do Estado. Tais construções identitárias, que têm tido o seu chão social reduzido tanto em função das redefinições dos padrões migratórios inter-regionais (a redefinição dos fluxos migratórios para o centro-sul, por exemplo) quanto pela guerra fiscal entre as unidades federativas dos anos noventa, retornam, agora, como elementos de fala de atores supostamente progressistas.

A teoria do desalento é o seu pano de fundo. Obviamente, outras tendências, mais insidiosas, se alinham no combate ao turismo que “não queremos”. Refiro-me ao discurso paternalista (e patriarcal) de defesa de “nossas filhas” ante as redes internacionais do “turismo sexual”. Assim, em nome do combate a esse turismo “indesejado”, autoridades locais achacam “garotas de programa” que estejam nos espaços públicos de maior concentração de turistas estrangeiros em Natal (RN). Também em Natal, autoridades locais sentiram-se livres para elaborar propostas fascis-

tas, como aquela de catalogar as mulheres que ficarem à espera de passageiros de vôos charters vindos da Itália ou da Alemanha.

Mas, no chão concreto dos espaços para ver e ser visto, em Ponta Negra (Natal) ou Boa Viagem (Recife), não é apenas a extensão da lógica voraz do “mercado” (uno e majestático) colonizando a vida com a introdução do dinheiro como mediação das relações que se faz presente. Emerge aí também o encaixamento do dinheiro na lógica própria com que brasileiras, mobilizando os repertórios culturais de identificação do País, constroem suas relações com os turistas. Sexualidade, sociabilidade e dinheiro não se conectam de forma unidirecional. E os mapas cognitivos das garotas, catalogadas pelo machismo (e pela apreensão cristalizada dos atores que instituem os discursos hegemônicos em nível local) como de “programas”, não deixam de manifestar também rupturas com uma ordem patriarcal e racista que enquadra e determina qual “deve ser o lugar” (espacial e social) de moças negras ou mulatas das periferias abandonadas das nababescas capitais nordestinas. Há também subversões, como o fato de, agora, garotas pobres freqüentarem espaços de consumo anteriormente reservados aos potentados das oligarquias locais.

Incapazes (ou impossibilitados, pelos seus interesses) de se dar conta do que está em jogo nos encontros das mulheres locais com os turistas, os atores sociais mais significativos da região sacam do discurso da vítima. Como corolário, a prostituição, como metáfora da degradação provocada por forças sociais exógenas, é mobilizada abusivamente. E essa relação (turismo e prostituição) é construída de uma forma que encontra paralelo na análise social mais tradicional a respeito do “avanço do capitalismo no campo”. Nesta, via de regra, os camponeses são percebidos como agentes passivos tragados por forças sociais que os atropelam. Vale a pena tomar, uma vez mais, Bourdieu como referência para a nossa discussão.

A crescente subordinação da economia camponesa à lógica do mercado não teria bastado, para determinar as transformações profundas de que o mundo rural foi lugar, a começar pela emigração maciça, se esse processo não tivesse ligado, por uma relação de causabilidade circular, a uma unificação do mercado de bens simbó-

licos capaz de determinar o declínio da autonomia ética dos camponeses e, com isso, o enfraquecimento de sua capacidade de resistência e recusa. (Bourdieu, 2000, 103).

A abordagem acima, como o explicitará em outro contexto Loïc Wacquant (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 93), condensa toda a riqueza analítica do tipo de empreendimento teórico proposto pela NSE. No que nos toca, vale ressaltar que o mercado de bens simbólicos, esse cenário de fundo, substrato dos mapas cognitivos dos atores (e de suas escolhas e trajetórias), também, no caso do turismo sexual, pode ser mobilizado para superar as respostas (típicas do recurso funcionalista a teorias conspiratórias¹⁰) que sempre encontram explicações causais funcionais simples para processos sociais que são sempre “sínteses de múltiplas determinações”.

Conclusão

Tomar o mercado de serviços sexuais, particularmente a prostituição e o turismo sexual como objetos para um exercício de análise sociológica da vida econômica foi o caminho escolhido para apontar as imensas potencialidades abertas para a análise sociológica pela NSE. Quando conectada com proposições teóricas paralelas, e eu chamei mais a atenção para a contribuição de Bourdieu, mas penso que a “teoria da estruturação” de Giddens (2003) é igualmente fundamental, essa análise sociológica pode cumprir um importante papel no resgate da análise relacional (dimensão que atravessa as Ciências Sociais e não se encontra cristalizada em uma única corrente teórica ou um único autor, mesmo entre os chamados “clássicos”). E esse tipo de análise, como defende Emirbayer (1997), tem conseqüências que estão longe de serem apenas teóricas, dado que participa de um movimento mais geral de implosão das identificações unilaterais e cristalizadoras dos (as) outros (as) que subjazem a todas as apreensões alicerçadas em atributos.

¹⁰ Essa é uma idéia formulada por Giddens (2003).

O projeto de Gabeira, e a forma de encará-lo, pode ser a base para um produtivo debate, não apenas sobre o mercado e sua instituição cultural, mas também sobre o fato, muito mais ressaltado nas teorias da escolha racional e no individualismo metodológico do que no leito tradicional da NSE, de que uma das tarefas centrais da análise social é a apreensão das conseqüências não intencionais da ação. Esse o caso em que atores sociais, discursivamente comprometidos com a emancipação das mulheres, como algumas militantes feministas, podem, como resultado não premeditado de suas ações, produzir situações que corroboram a menoridade e a heteronomia das mulheres.

Por último, mas não menos importante, entendo que a identificação dos interesses em jogo continua central na análise sociológica. Neste trabalho, intencionalmente (e, confesso, movido pela preocupação em distanciar-me de uma postura de “legislador social”), procurei não etiquetar cada ação ou posicionamento com o interesse, especialmente aqueles envolvidos na “cruzada moral” contra o turismo sexual no Nordeste do Brasil. À parte isso, como Swedberg (2004), eu entendo que esse é um complemento (a análise sociológica dos interesses dos atores) que a NSE necessita radicalizar na sua utilização, se quiser cumprir o seu destino manifesto de análise sociológica inovadora da ação econômica. E, tal como ele, penso que a sociologia de Pierre Bourdieu fornece uma inestimável fundamentação teórica para tal desiderato (Swedberg, 2003).

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo (SP)/Recife (PE): Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

BERNSTEIN, Elisabeth. The meaning of the purchase: desire, demand and commerce of sex. **Ethnography**, vol. 2, nº 3.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa (Port.)/ Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico**. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas (SP): Papyrus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Sobre as artimanhas da razão imperialista. **Estudos Afro-Asiáticos**, vol. 24, nº 1, 2002.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 15, nº 2, 1998.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzo: escavando o futuro em Los Angeles**. Tradução Renato Aguiar. São Paulo: Scritta, 1993.

EDLUND, Lena e KORN, Evelyn. A theory of prostitution. **Journal of Political Economy**, vol. 110, nº 1, 2002.

EMIRBAYER, Mustafá. Manifest for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, vol. 103, nº 2, 1997.

FARIAS, Vilmar. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. **Ciências Sociais Hoje**, p. 62-103, 1989.

FOLBRE, Nancy e NELSON, Julie A. For love or money – or both? **Journal of Economic Perspectives**. Vol. 14, nº 4, 2000.

FRASER, Nancy. **Feminismo como crítica da modernidade**. Tradução Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

FREY, Bruno S. Publishing as prostitution? – Choosing between one's own ideas and academic success. **Public Choice**, nº 116, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2ª ed. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOULD, Arthur. The criminalization of buying sex: the politics of prostitution in Sweden. **Journal of Social Policy**, vol. 30, nº 3, 2001.

- GOUREVITCH, Phillip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca (NY-EUA): Cornell University Press, 1986.
- HOCHSCHILD, Arlie Russel. **The commodity frontier**. Berkeley: Center for Working Families of University of California. Working Papers nº 1, 2002.
- KESLER, Kari. Is a feminist stance in support of prostitution possible? An exploration of current trends. **Sexualities**, vol. 5, nº 2, 2002.
- KEMPADOO, Kemala. **Una reconceptualización de la prostitución**. Disponível no site: <http://www.lolapress.org>.
- LUKACS, Georg. **História e consciência de classe**. Lisboa: Escorpião, 1974.
- NELSON, Julie A. Gender and economic ideologies. **Review of Social Economy**, vol. 5, nº 3, 1993.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- ROLIM, Marcos. **Sobre a prostituição**. Disponível no site: <http://www.rolim.com.br>. Acesso em junho de 2004.
- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. **Mana**, vol. 3, nº 1, 1997.
- SWEDBERG, Richard. Bourdieu’s advocacy of the concept of interest and its role in Economic Sociology. **Economic Sociology: European Eletronic Newsletter**, vol. 4, nº 2, 2002. Disponível no site: <http://econsoc.mpifg.de/>
- SWEDBERG, Richard. On the present state of Economic Sociology (1990s). **Economic Sociology: European Eletronic Newsletter**, vol. 5, nº 2, 2004. Disponível no site: <http://econsoc.mpifg.de/>
- THAYER, Mille. Feminismo transnacional: relendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, nº 1, 2001.
- TRUONG, Than Dam. **Sex, money, and morality: the political economy of prostitution and tourism int South East Ásia**. Londres: Sez Books, 1990.

ZATZ Noah D. Sex work/sex act: law, labor, and desire in constructions of prostitution. **Signs**, vol. 22, nº 3, 1997.

ZELIZER, Viviana **Princing the priceless child: changing social value of children**. New York: Basic Books, 1989.

ZELIZER, Viviana. Repenser le marché. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, nº 94, 1992.

ZELIZER, Viviana. The purchase of intimacy: intersection between monetary transfers and intimate social relations. **Law and Social Inquiry**, vol. 23, nº 3, 2000.

ZELIZER, Viviana. **Intimate transactions**. Texto inédito, 2002.

ZIZEK, Slavoj. De **História e Consciência de Classe a Dialética do Esclarecimento**, e volta. **Lua Nova**, nº 69, 2003.